



Municípios do Estado do Rio de Janeiro que adquirem produtos orgânicos/agroecológicos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre 2013 e 2016: uma aproximação.

ALEIXO, Duvanil Ney Santana¹; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa ²

¹ UFRRJ (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica), neyaleixo@gmail.com

² PESAGRO, UFRRJ (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica),
mfacfonseca.pesagro@gmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar, através das alterações contidas na Lei 11.947/2009, principalmente no artigo 14º, obriga que as Entidades Executoras invistam ao menos 30% do repasse de recursos anual, efetuado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para aquisição de alimentação escolar na compra direta de produtos da agricultura familiar. Outra inovação introduzida foi a priorização da aquisição de produtos orgânicos, de acordo com legislação da agricultura orgânica. Neste presente trabalho, realizou-se o levantamento de dados referentes à aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos por Municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre 2013 e 2016. Os resultados indicam crescimento paulatino do número de municípios adquirentes em todas as Regiões de Governo. Foram também detectadas fragilidades e inconsistências nos dados oficiais disponíveis e sugeridas medidas para sua melhoria.

Palavras-chave: Mercado Institucional, Agricultura Orgânica, agricultor familiar, PNAE

Keywords: Institutional Market, Organic Agriculture, Family farmer, PNAE.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), embora exista desde os anos 1950, apenas em 2009, com a Lei 11.947/2009, abre um importante potencial mercado institucional de comercialização de produtos da agricultura familiar (AF). Entre algumas inovações introduzidas por essa política pública estão: a exigência de aplicação de 30% dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos Estados e Municípios, para a compra direta de produtos da AF; a introdução de processos licitatórios mais simplificados, inclusive com definição antecipada de preços, através de Chamada Pública; a priorização de grupos de AF fornecedores locais; e a ampliação de exigências alimentares e nutricionais relativas à alimentação escolar, objetivando-se a formação de hábitos alimentares saudáveis, priorizando-se produtos orgânicos, de acordo com a Lei 10.831/2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e seus regulamentos.

Realizou-se o levantamento de dados secundários referentes a aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos por Municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), entre 2013 e 2016, no âmbito do PNAE com o objetivo de identificar sua evolução total e por Região de Governo (RG) e verificar a existência de



inconsistência notável dos dados divulgados, principalmente quando confrontados com informações relacionadas ao número e distribuição de produtores orgânicos certificados cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), gerenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Como resultados, teremos um panorama dos municípios que adquiriram produtos orgânicos/agroecológicos por Região de Governo, as dificuldades encontradas na busca de informação, além de apresentação de fragilidades e inconsistências nos dados levantados, sendo sugeridas medidas para sua melhoria.

Metodologia

No processo de elaboração da Dissertação de Mestrado (Aleixo, 2018), acessamos as informações secundárias sobre quais municípios do ERJ adquiriram produtos orgânicos/ agroecológicos, através do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC, administrado pelo FNDE (BRASIL, 2017). Vale registrar que essas informações são de responsabilidade do gestor municipal, fruto da resposta ao formulário de perguntas exigido anualmente pelo FNDE na prestação de contas dos municípios. Os dados coletados sobre a aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos foram cruzados com as informações acerca do percentual de aquisição dos produtos da agricultura familiar entre 2013 e 2016, disponível no FNDE (BRASIL, 2018), além de informações a respeito dos produtores orgânicos certificados cadastrados no CNPO

Resultados e Discussão

O ERJ possui 92 municípios divididos em 8 (oito) Regiões de Governo, conforme mapa 1.



Mapa 1. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: <http://www.ptt-radio.qsl.br/QuantosRJ2012.htm>



A evolução do número de municípios que adquiriram produtos orgânicos/agroecológicos pode ser observada no gráfico 1. Os resultados evidenciam um paulatino incremento no número desses municípios ao longo do período. Em 2013, 14 municípios declararam adquirir esse tipo de produto para a alimentação escolar, ou seja, 15% do total. Em 2016, 30 municípios declararam aquisição (33% do total), configurando-se um aumento de mais de 100% em 3 anos.

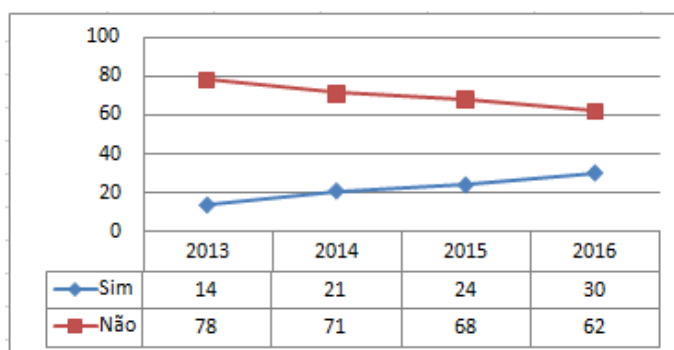


Gráfico 1. Evolução da aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos para o PNAE por Municípios do Estado do Rio de Janeiro, período de 2013 a 2016
Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados do SiGPC (BRASIL, 2017).

A evolução das aquisições de produtos orgânicos/agroecológicos dos municípios de acordo com as diferentes Regiões de Governo (RG), são apresentadas no gráfico 2.

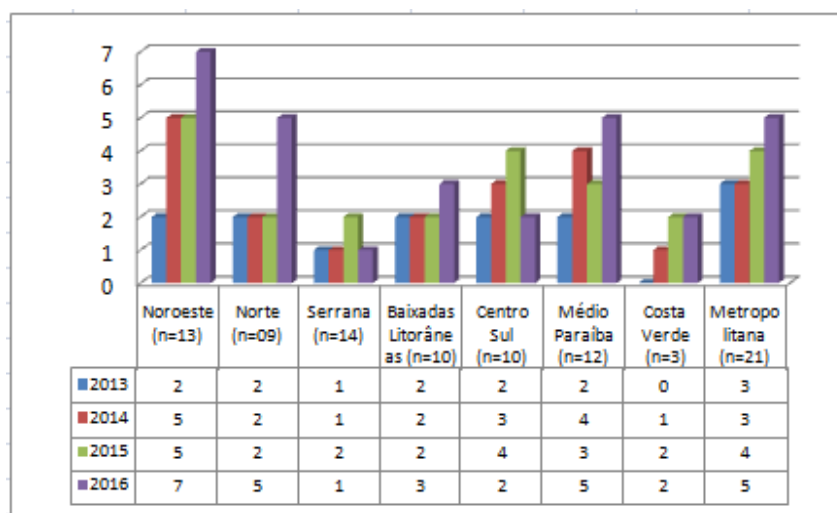


Gráfico 2. Evolução da aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos por Municípios do Estado do Rio de Janeiro, por Regiões de Governo, no período de 2013 a 2016
Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados do SiGPC (BRASIL, 2017).

O gráfico 2 mostra que em 2013, com exceção da Região de Governo Costa Verde, todas os municípios das demais RG adquiriram produtos orgânicos/agroecológicos para a alimentação escolar. O resultado do confronto das informações de 2016 com



o número de produtores orgânicos do ERJ certificados cadastrados CNPO, são apresentados na tabela 1.

Rio de Janeiro - Região de Governo (n= n° municípios)	Adquiriram orgânicos em 2016*	% em relação a RG	Produtores orgânicos**	% em relação ao ERJ
Noroeste (n=13)	7	54%	84	16%
Norte (n=09)	5	56%	0	0%
Serrana (n=14)	1	7%	150	29%
Baixadas Litorâneas (n=10)	3	30%	4	1%
Centro Sul (n=10)	2	20%	84	16%
Médio Paraíba (n=12)	5	42%	28	5%
Costa Verde (n=3)	2	67%	12	2%
Metropolitana (n=21)	5	24%	152	30%
Total (n=92)	30		514	100%

Tabela 1. Ranking das Regiões de Governo que adquiriram produtos orgânicos/agroecológicos e respectivo número de produtores certificados presentes no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, em 2016.

*Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados do SiGPC (BRASIL, 2017).

**Fonte: Elaborado pelo autor segundo dados do CNPO (BRASIL, 2017 a).

São notáveis algumas informações apresentadas, entre elas o fato de que na RG Costa Verde, onde 67% dos municípios compraram produtos orgânicos/agroecológicos, é formada por um conjunto de apenas 12 produtores certificados no CNPO, cerca de 2% do total do Estado do Rio de Janeiro. Da mesma forma, a RG Norte onde 56% dos municípios adquiriram esse tipo de produto, não há nenhum produtor orgânico certificado. Na direção oposta, na RG Serrana comportava 29% do contingente de produtores certificados no CNPO e apenas 1 município (7%) adquire esses produtos.

Alguns fenômenos dão pistas para explicar essas características, entre outras, a aquisição pelos municípios de produtos orgânicos/agroecológicos oriundos de outras RG ou mesmo Estado da Federação; ou equívoco do Gestor Municipal responsável pelo preenchimento do questionário anual, sobretudo a pergunta de número 5, do SiGPC.

A pergunta 5 apresentada no questionário do SiGPC é: “O município adquiriu produtos orgânicos/agroecológicos?”. Ocorre que a resposta não permite esclarecer se o município adquire esse tipo de produto de agricultores familiares orgânicos certificados cadastrados, única forma disponível legalmente para que o gestor municipal reconheça e remunere o fornecedor, inclusive com o acréscimo de 30%, caso essa possibilidade esteja previsto no Edital de Chamada Pública. Assim, duas questões podem explicar essas inconsistências: 1) o envolvimento, conhecimento e qualificação do profissional que responde as informações do questionário que nem



sempre é o Nutricionista Responsável Técnico, podendo ser um funcionário administrativo; e 2) na formulação da pergunta, que na maneira que é feita pode suscitar dúvidas.

Na pesquisa foi observado que a interface do SiGPC dificulta o acesso aos dados, não somente os de natureza mais geral (quais municípios adquiriram?), mas, principalmente, os mais específicos (quais produtos adquiriu e quanto de recurso financeiro cada município investiu?). Nesse caso, o interessado deve acessar a plataforma e checar não apenas cada nota fiscal inserida, mas se o fornecedor é agricultor familiar orgânico certificado cadastrado no CNPO, o que demanda um esforço de pesquisa de fôlego, haja vista a quantidade de fornecedores e a frequência na emissão de notas fiscais.

Apesar do constante esforço do FNDE em aprimorar as informações, foram observadas outras inconsistências, entre elas a não confirmação da informação de aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos dada pelos gestores municipais com a base de dados sobre a aquisição de produtos da AF para o PNAE, não se confirma. Ou seja, alguns municípios afirmam ter adquirido orgânicos sem, no entanto, sequer ter adquirido produtos da AF. Essa inconsistência foi observada em 8 municípios de 4 Regiões de Governo diferentes.

Conclusões

Podemos concluir que durante o período entre 2013 a 2016, houve um crescimento paulatino no número de municípios que compraram esse tipo de produto, com exceção da RG Serrana, onde em nenhum momento mais do que 2 municípios adquiriram.

As inconsistências encontradas nas informações oficiais disponibilizadas podem ser sanadas e, possivelmente, ajustes no questionário do SiGPC e futuros trabalhos de pesquisa podem ser feitos para direcionar este aprimoramento. Sugere-se que os gestores do FNDE deixem mais claro a pergunta da questão 5, de forma que não haja dúvidas de que tipo de agricultor familiar está se referindo. Sugere-se também a melhoria da plataforma do SiGPC, a luz dos recursos informacionais já existentes, no sentido de facilitar o agrupamento das informações, de torná-la mais simples e amigáveis, favorecendo a obtenção dos dados. Essa dificuldade explica a limitação em apresentar informações sobre aspectos financeiros das aquisições.

A realização de pesquisas qualitativas mais amplas sobre os desafios da inclusão de produtos orgânicos/agroecológicos na alimentação escolar permanece como um desafio.



Referências bibliográficas

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 a 2016.** UFRRJ (PPGAO) Dissertação de Mestrado, 2018, 230 f. Disponível em (<<https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/2673>>). Acesso em abril de 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SiGPC** – acesso público. Disponível em (<http://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/sigpc-acesso-publico>). Acesso em dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).** Acesso em abril de 2017a.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Dados da Agricultura Familiar.** Disponível em (<<http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>). Acesso em abril de 2018.